



# IMPrensa Oficial do Município



Órgão Oficial do Município

Dia 21 de Fevereiro de 2025 – Lei nº 3.131 de 22 de Maio de 2009

Ano 2025

Nº 013

Prefeitura Municipal de Coromandel  
Decreto nº 579, de 07 de Novembro de 2024.

## “Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2024 para os órgãos e entidades da administração pública municipal.”

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COROMANDEL**, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do disposto no artigo 86, inciso V da Lei Orgânica Municipal de Coromandel/MG, e em conformidade com os artigos 78 e 92 e ao que dispõe a Lei Federal nº 4.320/1964, e art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000; e

**CONSIDERANDO** que em 31 de dezembro de 2024 se dará o encerramento do exercício financeiro municipal, demandando a observância da legislação em vigor para a elaboração das respectivas prestações de contas e em obediência a Lei Complementar Federal nº 101 de 4 de maio de 2000 e na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964;

**CONSIDERANDO** que para fins da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) de encerramento ratificam-se as Instruções e Procedimentos Contábeis (IPC), de forma a orientar quanto aos procedimentos necessários à execução do encerramento de Contas Contábeis, incluindo o encerramento do exercício e de contas de controle, com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP-2024, que permitem a adequada inscrição em restos a pagar das despesas orçamentárias empenhadas e não pagas, a apuração do resultado do exercício, a elaboração das demonstrações contábeis e a preparação para abertura do exercício seguinte;

**CONSIDERANDO** que as despesas relativas a contratos, convênios, acordos ou ajustes de vigência plurianual deverão ser empenhadas em cada exercício financeiro em valor não inferior à parte nele a ser executada, obedecendo ao princípio da anualidade ou periodicidade do orçamento, previstos em lei; e que, no caso das parcelas remanescentes deverão ser registradas nas contas de controle e incluídas na previsão orçamentária de suas respectivas competências;

**CONSIDERANDO** que há lançamentos de encerramento de exercício que devem ser realizados ainda no movimento contábil do mês de dezembro, e que outros só devem ser realizados nas rotinas de encerramento do exercício financeiro de forma apartada;

**CONSIDERANDO** que a MSC agregada de dezembro é utilizada para elaboração do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), enquanto a MSC de encerramento do exercício é elaborada para o preenchimento da Declaração de Contas Anuais (DCA);

### DECRETA:

**Art. 1º** Para o encerramento do exercício financeiro de 2024 ficam definidas as seguintes datas limites:

I - a partir da publicação deste Decreto, ressalvados os casos de: despesas judiciais, despesas decorrentes de Ajustamento de Conduta – TAC, bem como as despesas com pessoal e encargos sociais, de viagens inadiáveis dos Senhores Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e demais servidores, TFD – Tratamento Fora do Domicílio, requisições e solicitações, despesas administrativas de materiais e/ou serviços inadiáveis caracterizados e definidos como de relevante interesse público; todas as requisições, solicitações e despesas administrativas de materiais e serviços, provenientes de Recursos Ordinários, que dependam de Empenho neste exercício devem ser devidamente justificados e aprovados pelo Secretário Municipal da Gestão de Administração e Finanças.

II - as despesas com recursos vinculados da União, Estado e outras instituições, bem como, os recursos municipais, destinadas às ações de Educação e Saúde deverão ser submetidas ao Secretário Municipal da Gestão de Administração e Finanças para a devida autorização;

III – a partir do dia 25 de novembro de 2024 estão suspensas todas as requisições, solicitações e despesas administrativas de materiais e serviços, que dependam de emissão de Notas de Empenho (NE);

IV – até o dia 22 de novembro de 2024 para entrega ao Setor de Licitação das requisições de compras e serviços;

V – até o dia 13 de dezembro de 2024 para entrega ao Setor de Contabilidade das Notas Fiscais, para fins de liquidação e pagamento, exceto pessoal e encargos sociais, tributos, juros e encargos da dívida fundada, obras e serviços de engenharia;

VI - 18 de dezembro de 2024, para os órgãos da Administração Direta e Indireta informar ao órgão responsável pelo controle orçamentário, as dotações passíveis de cancelamento;

VII - 13 de dezembro de 2024 para cancelamento dos saldos das NOTAS DE EMPENHOS do presente exercício financeiro considerados insubsistentes, bem como os saldos remanescentes de restos a pagar de exercícios anteriores processados ou não, deverão ter seus saldos anulados, exceto quando estejam vigentes o prazo e condições para cumprimento da obrigação assumida pelo credor.

Parágrafo único. A responsabilidade pelo cancelamento do empenho é do ordenador da despesa.

VIII - 18 de dezembro de 2024, para aplicação e recolhimento de saldos não aplicados de adiantamentos financeiros para as despesas de viagem e despesas de pronto pagamento, excetuadas as despesas previstas no § 2º deste inciso.

§ 1º O envio de Prestações de Contas a Contabilidade Geral/Controladoria-Geral do Município, excepcionalmente, deverá ocorrer até o dia 15 de dezembro de 2024, independentemente da data de liberação do recurso, bem como sua baixa no Departamento de Contabilidade da Prefeitura que deverá ocorrer até o dia 20 de dezembro de 2024.

§ 2º A partir da publicação deste Decreto não haverá liberação de adiantamentos de recursos financeiros de qualquer natureza, ressalvados os casos de despesas de viagens inadiáveis do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e Servidores caracterizados e definidos como de relevante interesse público, bem como despesas provenientes da lei de benefícios sociais eventuais.

IX - 30 de dezembro de 2024, para apropriação de despesa com pessoal de competência do exercício;

X - 30 de dezembro de 2024, para entrega ao órgão de contabilidade, do levantamento da dívida flutuante e fundada e dos inventários físicos e financeiros a que se refere o art. 3º deste Decreto;

XI - 20 de janeiro de 2025, para registro dos ajustes contábeis necessários ao encerramento do exercício;

XII - 20 de janeiro de 2025, para os órgãos da Administração Indireta disponibilizarem as informações necessárias ao processamento da consolidação municipal de que tratam os artigos 52 a 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e, ainda a Instrução Normativa nº 08/2003, do TCEMG, e suas alterações;

XIII - 20 de janeiro de 2025, para a entrega ao órgão de contabilidade, dos levantamentos dos bens móveis e imóveis;

XIV - 31 de janeiro de 2025, para emissão dos balanços e anexos previstos na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e ainda os exigidos pelas normas inerentes à Contabilidade aplicada ao Setor Público.

Parágrafo único. O não cumprimento do disposto neste artigo implicará a responsabilidade do servidor encarregado da informação, ensejando apuração de ordem funcional, nos termos da legislação vigente.

Art. 2º A partir da publicação deste Decreto até a entrega dos Balanços são consideradas urgentes e prioritárias as atividades vinculadas à contabilidade, auditoria, apuração orçamentária e inventário em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

Art. 3º Compete aos dirigentes dos órgãos ou entidades constituir por meio de instrumento publicado no Mural do Município, observada a segregação de funções, tantas comissões quantas necessárias para promoverem o levantamento completo referente às dívida flutuante e fundada, inventários físicos e financeiros dos valores em tesouraria, dos bens pertencentes ao ativo permanente em uso ou estocado e dos materiais em almoxarifado ou em outras unidades similares, do passivo circulante e não circulante, das contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos, tendo como data base, para efeito de apuração dos dados, 31 de dezembro de 2024.

§ 1º O ativo permanente compreende:

I - investimentos;

II - imobilizado:

a) bens móveis;

b) bens imóveis;

III - intangível.

§ 2º A dívida flutuante compreende:

I - obrigações liquidadas a pagar;

II - consignações e retenções em folha;

III - retenções em pagamentos de terceiros;

IV - depósitos de diversas origens;

V - serviços da dívida a pagar;

VI - restos a pagar;

VII - demais contas que compõe o passivo financeiro exigível;

VIII - contas do grupo passivo financeiro pendente.

§ 3º A dívida pública consolidada ou fundada compreende o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a 12 (doze) meses.

§ 4º Cabe ao órgão de Contabilidade à obrigatoriedade de conciliar os saldos contábeis com os levantamentos previstos no caput deste artigo, promovendo os respectivos ajustes das demais contas patrimoniais existentes ao final do exercício, de acordo com o princípio contábil da oportunidade, objetivando a fidedignidade e consistência das informações sobre o patrimônio do órgão ou entidade e a correta transposição dos saldos contábeis.

§ 5º As diferenças apuradas deverão ser objeto de medidas administrativas a serem adotadas pelos dirigentes dos órgãos ou entidades para sua regularização, bem como de notas explicativas a serem anexadas ao processo de prestação de contas anual.

Art. 4º A despesa à conta de Receita vinculada somente poderá ser realizada até o limite de sua efetiva arrecadação e conforme as determinações contidas neste Decreto.

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal ficam, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da disponibilização dos relatórios e demonstrações contábeis de encerramento do exercício, obrigados a prestar informações ao órgão de contabilidade, contendo notas explicativas relativas a fatos que possam influenciar na interpretação dos resultados do exercício, assim como as incorreções de processamento que ocorreram nos balanços, anexos e demonstrativos de encerramento de exercício.

Parágrafo único. A não manifestação no prazo estabelecido no caput deste artigo implicará na validação dos resultados.

**Art. 6º Compete ao Serviço de Controle Interno e à Secretaria Municipal da Gestão de Administração e Finanças a elaboração do relatório concernente à avaliação da execução da Lei Orçamentária Anual.**

Art. 7º Aplicam-se aos órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta as disposições deste Decreto.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL, 07 DE NOVEMBRO DE 2024.

**Fernando Breno Valadares Vieira**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO

**A Prefeitura Municipal de Coromandel torna público aos interessados o aviso de publicação de licitação a seguir:**

**Pregão Eletrônico nº 003/2025** - Será realizado no dia 12/03/2025 às 08:00h o Processo nº 007/2025, com critério de menor preço global. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de sistemas integrados de gestão pública, conforme condições e exigências especificadas no edital, termo de referência e legislação vigente, para atender às necessidades da prefeitura municipal e do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais (IPSEM) de Coromandel/MG. Informações: E-mail: [licitacao@coromandel.mg.gov.br](mailto:licitacao@coromandel.mg.gov.br), no site [www.coromandel.mg.gov.br](http://www.coromandel.mg.gov.br) ou pelo telefone 34-3841-1344. Coromandel-MG, 20 de fevereiro de 2025. Luiz Fernando Ferreira da Silva – Pregoeiro.

**A Prefeitura Municipal de Coromandel torna público aos interessados os extratos dos contratos a seguir:**

**CREDENCIAMENTO nº 02/2024, Processo de nº 76/2024.** Objeto: Credenciamento de pessoa física ou jurídica para prestação de serviços médicos, laboratoriais e dentistas de várias especialidades para atendimento dos usuários do SUS na zona rural e urbana do município de Coromandel-MG, referente ao **Contrato nº 076-2024-44**. Partes: Prefeitura Municipal de Coromandel, empresas: **EDUARDO HENRIQUE PEDRAO SERVICOS MEDICOS LTDA – CNPJ: 59.090.3347/0001-15**, credenciada para o item **200831 - Médico plantonista em dias úteis, 200830 - Médico plantonista finais de semana, item 200832 – Médico plantonista sobreaviso e 480100015872010 – Medico viagem, prestação de serviço de acompanhamento médico de pacientes do SUS da UPA para fora do município**. Vigência: 20/02/2025 a 31/12/2025. E-mail [licitacao@coromandel.mg.gov.br](mailto:licitacao@coromandel.mg.gov.br) no site [www.coromandel.mg.gov.br](http://www.coromandel.mg.gov.br). Fone 34-3841-1344. Coromandel-MG, de 20 de fevereiro de 2025. Diogo Arthur Magalhães Pereira – Agente de Contratação.

**A Prefeitura Municipal de Coromandel torna público aos interessados os extratos dos termos aditivos a seguir:**

**Extrato do 5º Termo Aditivo, referente ao Processo Licitatório nº: 072/2022. Pregão Eletrônico: nº 035/2022.** Partes: Prefeitura Municipal de Coromandel **NET FARM LTDA - EPP– CNPJ: 42.029.188/0001-40**. Objeto: Prestação de serviços de instalação de câmeras e alarmes em comodato e monitoramento 24 horas, para atender secretarias e setores da prefeitura municipal de Coromandel/MG. O presente termo aditivo tem por finalidade o reajuste de 8,65% realizado com base na variação do índice do INPC, nos últimos 24 meses o valor do contrato passa a ser R\$187.300,27 (cento e oitenta e sete mil, trezentos reais e vinte e sete centavos). Informações: Setor de Licitações à Rua Arthur Bernardes, 170 – Centro – Fone: 34-3841-1344. Coromandel-MG, de 18 de fevereiro de 2025. Luiz Fernando Ferreira da Silva – Pregoeiro.

**EXPEDIENTE**  
**IMPrensa Oficial do Município**  
**Órgão informativo da Prefeitura Municipal de Coromandel**  
**Responsável: Jorge Adriano de Oliveira Xavier**  
**Impressão: Prefeitura Municipal de Coromandel**  
**(34) 3841-1344**